



DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE  
FINANCIAMENTOS



MUNICÍPIO DE  
GUIMARÃES



património mundial  
world heritage

Caderno de Encargos

Concurso Público n.º 16/25

Aquisição de bens – Leite escolar

Preço base: 517.174,92€



## Índice

<b>Cláusula 1.ª</b> .....	<b>4</b>
<i>Objeto</i> .....	4
<b>Cláusula 2.ª</b> .....	<b>4</b>
<i>Partes</i> .....	4
<b>Cláusula 3.ª</b> .....	<b>4</b>
<i>Cessão da posição contratual</i> .....	4
<b>Cláusula 4.ª</b> .....	<b>4</b>
<i>Gestor do contrato</i> .....	4
<b>Cláusula 5.ª</b> .....	<b>5</b>
<i>Prazo e plano de execução</i> .....	5
<b>Cláusula 6.ª</b> .....	<b>5</b>
<i>Obrigações do adjudicatário</i> .....	5
<b>Cláusula 7.ª</b> .....	<b>6</b>
<i>Subcontratação</i> .....	6
<b>Cláusula 8.ª</b> .....	<b>6</b>
<i>Preço contratual</i> .....	6
<b>Cláusula 9.ª</b> .....	<b>6</b>
<i>Procedimentos para pagamento</i> .....	6
<b>Cláusula 10.ª</b> .....	Erro! Marcador não definido.
Caução .....	Erro! Marcador não definido.
<b>Cláusula 11.ª</b> .....	<b>7</b>
<i>Obrigações do contraente público</i> .....	7
<b>Cláusula 12.ª</b> .....	<b>7</b>
<i>Modificações objetivas</i> .....	7
<b>Cláusula 13.ª</b> .....	<b>7</b>
<i>Sanções contratuais</i> .....	7
<b>Cláusula 14.ª</b> .....	<b>8</b>
<i>Prazo de garantia</i> .....	8
<b>Cláusula 15.ª</b> .....	<b>8</b>
<i>Resolução do contrato</i> .....	8



<b>Cláusula 16.ª</b> .....	<b>9</b>
<i>Revogação do contrato</i> .....	9
<b>Cláusula 17.ª</b> .....	<b>9</b>
<i>Dever de sigilo</i> .....	9
<b>Cláusula 18.ª</b> .....	<b>9</b>
<i>Lei aplicável</i> .....	9
<b>Cláusula 19.ª</b> .....	<b>10</b>
<i>Foro competente</i> .....	10
<b>Cláusulas especiais do caderno de encargos</b> .....	<b>11</b>
<b>Cláusula 20.ª</b> .....	<b>11</b>
<i>Preço base</i> .....	11
<b>Cláusula 21.ª</b> .....	<b>11</b>
<i>Objeto</i> .....	11
<b>Cláusula 22.ª</b> .....	<b>11</b>
<i>Controlo e fiscalização</i> .....	11
<b>Cláusula 23.ª</b> .....	<b>11</b>
<i>Compromissos do adjudicatário</i> .....	11
<b>Cláusula 24.ª</b> .....	<b>12</b>
<i>Condições de fornecimento</i> .....	12
<b>Cláusula 25.ª</b> .....	<b>12</b>
<i>Características e especificações técnicas dos produtos a fornecer</i> .....	12
<b>Cláusula 26.ª</b> .....	<b>13</b>
<i>Implementação do sistema HACCP</i> .....	13
<b>Cláusula 27.ª</b> .....	<b>14</b>
<i>Representação</i> .....	14
<b>Cláusula 29.ª</b> .....	<b>14</b>
<i>Documentos que instruem a proposta</i> .....	14



---

**Cláusula 1.ª****Objeto**

1. É objeto do presente contrato o fornecimento e distribuição de leite escolar às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, no âmbito Programa “Regime Escolar”, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

**Cláusula 2.ª****Partes**

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

**Cláusula 3.ª****Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 4.ª****Gestor do contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Catarina Teixeira, Técnica Superior, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.



4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo e plano de execução**

1. O prazo de execução do contrato é ao longo dos anos letivos 2025/2026, 2026/2027 e 2027/2028, no período compreendido entre os meses de setembro de 2025 e junho de 2028, excluindo as interrupções letivas.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo<sup>1</sup> ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações do adjudicatário**

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;

---

<sup>1</sup> Quando aplicável



- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;
- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Subcontratação**

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço contratual**

- 1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
- 2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
- 3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
- 4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
- 5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
- 6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Procedimentos para pagamento**

- 1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.



2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
4. Condições de pagamento: após entrega dos bens.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes e decorrentes do contrato, e por razões imputáveis ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:
  - a. Por cada dia em que for excedido o prazo de entrega estabelecido, o adjudicatário ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente a 0,5% sobre o valor do fornecimento não efetuado;



- b. Por cada dia em que for excedido o prazo de substituição de produtos não conformes (dois dias úteis), o adjudicatário ficará sujeito ao pagamento do valor dos produtos multiplicado pelo número de dias de atraso;
  - c. Pelo não envio dos boletins analíticos do leite com a periodicidade trimestral, o adjudicatário ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente a 0,5% sobre o valor da última fatura remetida ao município.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do número 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no número 3, do mesmo artigo, caso em que este limite é elevado para 30%.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no número 2 do artigo 308.º do CCP.
5. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é três anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Resolução do contrato**

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.





3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Revogação do contrato**

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Lei aplicável**

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.



---

**Cláusula 18.ª**

**Foro competente**

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



---

**Cláusulas especiais do caderno de encargos****Cláusula 19.ª****Preço base**

O preço base do procedimento é de 517.174,92€ ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

**Cláusula 20.ª****Objeto**

É objeto do presente contrato o fornecimento e distribuição de leite às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, no âmbito Programa “Regime Escolar”, em conformidade com o **Anexo A2** e a cláusula 24.ª.

**Cláusula 21.ª****Controlo e fiscalização**

1. Durante a execução do contrato, a entidade adjudicante utiliza os serviços e recursos de que dispõe na realização e ações de vistoria, fiscalização e controlo.
2. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento e sempre que o entender, recolher amostras e mandar proceder a análises, ensaios e provas em laboratórios oficiais e/ou acreditados.
3. O adjudicatário obriga-se a facultar à entidade adjudicante e aos serviços e organismos com competências específicas, entre outra documentação, a referente a procedimentos de segurança alimentar baseados nos princípios do sistema HACCP.

**Cláusula 22.ª****Compromissos do adjudicatário**

1. Sem prejuízo das obrigações previstas na legislação aplicável, e na **Cláusula 6.ª** do presente caderno de encargos constituem compromissos do adjudicatário:
  - a. a entrega do bem identificado na proposta;
  - b. a emissão das faturas na data de entrega de cada pedido;
  - c. a entrega da correspondente guia de remessa por fatura (documentos originais), contendo, obrigatoriamente, a designação dos bens e quantidades fornecidas (unidades), **devidamente assinadas e datadas pelos responsáveis dos estabelecimentos de ensino;**
  - d. a emissão de faturas distintas para o 1º ciclo e para o pré-escolar, para efeitos da alínea anterior;
  - e. a obrigação de repor os produtos considerados não conformes (por prazo de validade inferior a 3 meses no momento de entrega, deficiências na embalagem, entre outros) **no prazo máximo de 48h;**



2. Em caso de discordância por parte do Município de Guimarães, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Condições de fornecimento**

1. O bem objeto do contrato deve ser fornecido aos estabelecimentos de educação pré-escolar e/ou ensino básico do 1º ciclo constantes do **Anexo A1** ao presente Caderno de Encargos.
2. A distribuição de produtos deverá ser realizada mediante as necessidades identificadas pela entidade adjudicante, ocorrendo de forma fracionada e de acordo com as requisições efetuadas, não ficando esta, desta forma, vinculada à aquisição da totalidade das quantidades estimadas.
3. Após receção da comunicação das necessidades de produtos, via correio eletrónico, o adjudicatário deverá proceder à entrega e distribuição do leite no prazo máximo de **5 dias úteis**.
4. As entregas deverão ocorrer no período compreendido entre 9h00 e as 16h30 dos dias úteis.
5. A obrigatoriedade de cumprimento de todas as normas higieno-sanitárias em vigor no âmbito do fornecimento do produto alimentar objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Características e especificações técnicas dos produtos a fornecer**

1. O adjudicatário deverá assegurar o fornecimento em apreço em observância das seguintes características e especificações técnicas:
  - a. **Leite simples meio gordo UHT:**
    - I. Leite parcialmente desnatado ou meio-gordo: leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor compreendido entre um mínimo de 1,50 % (m/m) e um máximo de 1,80 % (m/m);
    - II. Leite simples (branco) não concentrado nem adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes;
    - III. Embalagem de tara perdida e palhinha acoplada, com capacidade entre 0,2l e 0,25l.
  - b. **Leite simples meio gordo UHT sem lactose:**
    - I. Leite parcialmente desnatado ou meio-gordo: leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor compreendido entre um mínimo de 1,50 % (m/m) e um máximo de 1,80 % (m/m);
    - II. Leite simples (branco) não concentrado nem adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes;
    - III. Embalagem de tara perdida e palhinha acoplada, com capacidade entre 0,2l e 0,25l;
    - IV. Isento de lactose.

**c. Leite simples magro UHT:**

- I. Leite desnatado ou magro: leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor máximo de 0,50 % (m/m);
- II. Leite simples (branco) não concentrado nem adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes;
- III. Embalagem de tara perdida e palhinha acoplada, com capacidade entre 0,2l e 0,25l.

**d. Leite simples gordo UHT:**

- I. Leite inteiro ou gordo: leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor mínimo de 3,50 % (m/m);
- I. Leite simples (branco) não concentrado nem adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes;
- II. Embalagem de tara perdida e palhinha acoplada, com capacidade entre 0,2l e 0,25l.

**e. Bebida vegetal de soja e bebida vegetal de aveia:**

- I. Sem adição de açúcar ou outras substâncias adoçantes e aromatizantes (maltodextrina ou sumo concentrado de fruta, entre outros);
  - II. Enriquecidas em cálcio.
2. Os rótulos das embalagens de leite e bebida vegetal devem cumprir a legislação aplicável.
  3. Os produtos devem ser acondicionados em embalagens herméticas e de material inócuo, impermeável e inerte em relação ao conteúdo.
  4. Os materiais de acondicionamento devem ser próprios para contactar com géneros alimentícios, não alterar as características organoléticas dos produtos, preservá-los de conspurações e de contaminações externas, microbianas ou outras, e protegê-las contra a absorção de humidade e desidratação.
  5. **É obrigatório** o envio dos boletins analíticos no primeiro fornecimento e a cada 3 meses, através de correio eletrónico.
  6. A data de validade dos produtos disponibilizados em cada entrega deverá ser superior a 3 meses.

**Cláusula 25.<sup>a</sup>****Implementação do sistema HACCP**

O adjudicatário é totalmente responsável pelo cumprimento das obrigações impostas pela legislação relativas às normas gerais e específicas de higiene e medidas de controlo necessárias, de forma a garantir a segurança de todo o processo de fornecimento dos bens, designadamente:

- a. Higiene pessoal e formação;
- b. Higiene das instalações, equipamentos e utensílios;
- c. Transporte;
- d. Acondicionamento dos bens.



---

**Cláusula 26.ª**

**Representação**

O representante da entidade adjudicante em cada um dos estabelecimentos de educação pré-escolar e/ou ensino básico do 1º ciclo, constantes do **Anexo A1**, será o respetivo Coordenador ou o elemento designado pelo Diretor do respetivo Agrupamento de Escolas.

**Cláusula 27.ª**

**Documentos que instruem a proposta**

Na fase de apresentação de propostas, os concorrentes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a. Declaração do concorrente relativamente à aplicação da metodologia HACCP;
- b. Fichas técnicas dos produtos a concurso com lista de ingredientes, características físico-químicas, características organoléticas, características microbiológicas, indicações no rótulo, acondicionamento, conservação, alergénios e declaração nutricional;
- c. Documento comprovativo do licenciamento da atividade que interessa ao objeto do contrato.

**Anexo A1 – Local de entrega  
Regime Ecolar – Leite**



<b>EB de Agostinho da Silva</b> Rua S.Tomé - Abação 4810-815 Guimarães	<b>☎ 253522211</b>
<b>EB de Poças - Airão Santa Maria</b> Rua da Escola 4805-479 Airão Sta. Maria GMR	<b>☎ 252991040</b>
<b>EB de Vinha - Atães</b> Rua da Escola 4800-248 Guimarães	<b>☎ 253552088</b>
<b>EB de Santa Luzia - Azurém</b> Rua Teixeira Pascoais - Quintã 4800-073 Guimarães	<b>☎ 253517452</b>
<b>EB de Monte Largo - Azurém</b> Rua D.Maria I 4800-052 Guimarães	<b>☎ 253418088</b>
<b>EB de Pégada - Azurém</b> Rua da Pégada 4800-058 Guimarães	<b>☎ 253517449</b>
<b>EB de Couto - Barco</b> Rua da Escola - Couto 4805-016 Barco GMR	<b>☎ 253472250</b>
<b>EB de Fafão - Briteiros Santo Estêvão</b> Rua do Bocage 4805-481 Briteiros Sto Estêvão GMR	<b>☎ 253579324</b>
<b>EB de Serrado/Briteiros Sta. Leocádia</b> Rua do Serrado 4805-454 Briteiros Sta.Leicádia GMR	<b>☎ 253578793</b>
<b>EB de Igreja - Briteiros S.Salvador</b> Rua da Igreja 4805-448 Brit. S.Salvador	<b>☎ 253572735</b>
<b>EB de Casais - Brito</b> Rua das Escolas Primárias 4805-020 Brito GMR	<b>☎ 253571804</b>
<b>EB de Charneca - Caldelas</b> Rua do Pinhal 4800-078 Caldelas GMR	<b>☎ 253471483</b>
<b>EB de Pinheiral - Caldelas</b> Rua Banda de Música-Apartado 4054 4805-155 Caldas Taipas	<b>☎ 253471824</b>
<b>EB de Cruzeiro - Calvos</b> Rua Santo André 4810-616 Calvos GMR	<b>☎ 253541740</b>
<b>EB de Cadoso S.Martinho</b> Rua de Sernande 4835-393 Guimarães	<b>☎ 253532340</b>
<b>EB de Aula - Conde</b> Avenida Jacinto Monteiro 4815-015 S.Martinho Conde GMR	<b>☎ 253561048</b>

**Anexo A1 – Local de entrega  
Regime Ecolar – Leite**



<b>EB de Tulha Velha - Corvite</b> Rua Padre António Matos, 107 4800-501 Corvite GMR	<b>☎ 253575109</b>
<b>EB de S.Roque - Costa</b> Rua 25 de Abril 4800-042 S.Roque GMR	<b>☎ 253418781</b>
<b>EB de Alto da Bandeira - Creixomil</b> Rua Professora Maria Amélia Maia 4835-014 Guimarães	<b>☎ 253415162</b>
<b>EB de Salgueiral - Creixomil</b> Praceta Gomes Eanes de Zurara 4835-055 Guimarães	<b>☎ 253524390</b>
<b>EB de Paço - Donim</b> Rua da Escola 4805-180 Donim GMR	<b>☎ 253573159</b>
<b>EB da Conceição - Fermentões</b> Rua Nossa Senhora da Conceição 4800-166 Guimarães	<b>☎ 253513597</b>
<b>EB de Caneiros - Fermentões</b> Rua de Caneiros 4800-080 Guimarães	<b>☎ 253557207</b>
<b>EB de Motelo - Fermentões</b> Av. Padre João Fernandes Machado 4800-177 Guimarães	<b>☎ 253556041</b>
<b>EB de Cruzeiro - Gondar</b> Rua Calvário 4835-547 Gondar GMR	<b>☎ 253534723</b>
<b>EB de Monte - Guardizela</b> Rua do Monte 4765-444 Guardizela	<b>☎ 252981274</b>
<b>EB de Infantas</b> Rua 25 de Abril 4810-690 Infantas GMR	<b>☎ 253541720</b>
<b>EB de Passal - Longos</b> Rua da Murteira 4805-206 Longos GMR	<b>☎ 253471786</b>
<b>EB de Carreiro - Lordelo</b> Rua do Carreiro, 86 4815-182 Lordelo GMR	<b>☎ 252872609</b>
<b>EB de Mascotelos</b> Rua da Liberdade 4835-132 Guimarães	<b>☎ 253522892</b>
<b>EB de Cruz de Argola - Mesão Frio</b> Urb. Cruz D'Argola 4810-222 Guimarães	<b>☎ 253432471</b>
<b>EB de S. Romão - Mesão Frio</b> Rua S.Romão 4810-237 Guimarães	<b>☎ 253431381</b>



**Anexo A1 – Local de entrega  
Regime Ecolar – Leite**



<b>EB de Vermis - Moreira Cónegos</b> Rua de Fermiz 4815-340 Moreira Cónegos GMR	<b>☎ 253562911</b>
<b>EB de Arrau - Nespereira</b> Rua Visconde do Paço 4835-520 Nespereira GMR	<b>☎ 253587853</b>
<b>EB de Oliveira do Castelo</b> Rua Comendador Joaquim Sousa Oliveira 4810-274 Guimarães	<b>☎ 253513818</b>
<b>EB de Telhado - Pencelo</b> Rua do Telhado 4800-110 Guimarães	<b>☎ 253557339</b>
<b>EB de Soutelo - Pinheiro</b> Rua da Escola 4800-723 Guimarães	<b>☎ 253523978</b>
<b>EB de Polvoreira</b> Rua Quinta do Vale 4810-294 Guimarães	<b>☎ 253524721</b>
<b>EB de Ponte</b> Rua dos Moinhos 4805-263 Ponte GMR	<b>☎ 253570425</b>
<b>EB de Cerca do Paço - Prazins Sta. Eufémia</b> Rua Padre João Moreira Leite 4800-611 Prazins Sta. Eufémia GMR	<b>☎ 253578791</b>
<b>EB de Deserto - Prazins Sto. Tirso</b> Rua do Deserto 4800-703 Prazins Sto. Tirso GMR	<b>☎ 253573189</b>
<b>EB de Ronfe</b> Alameda Professor Abel salazar 4805-375 Ronfe GMR	<b>☎ 253533080</b>
<b>EB de Vieite - Sande S.Clemente</b> Rua Domingos da Silva, 72 4800-730 Guimarães	<b>☎ 253471375</b>
<b>EB de Agrolongo - Sande S.Lourenço</b> Rua Castro Sobroso 4805-583 S. S.Lourenço	<b>☎ 253578795</b>
<b>EB de Igreja - Sande S.Martinho</b> Rua Padre António F. Ribeiro, 359 4805-511 S. S.Martinho	<b>☎ 253574929</b>
<b>EB de Além - Sande Vila Nova</b> Rua da Escola 4800-566 Guimarães	<b>☎ 253575119</b>
<b>EB de Ucha de Baixo - S.Faustino</b> Rua 25 de Abril 4815-001 S.Faustino GMR	<b>☎ 253581026</b>
<b>EB de Mosteiro - S.Torcato</b> Rua Família Faria de Abreu 4800-874 S.Torcato GMR	<b>☎ 253552008</b>

**Anexo A1 – Local de entrega  
Regime Ecolar – Leite**



<b>EB de Selho S.Cristovão</b> Rua da Muda 4835-278 Guimarães	<b>☎ 253534755</b>
<b>EB de Pevidém - Selho S.Jorge</b> Rua da Circunvalação 4835-539 Pevidém GMR	<b>☎ 253533300</b>
<b>EB de Bela Vista - Selho S.Lourenço</b> Rua António Gomes Marinho 4800-144 Guimarães	<b>☎ 253552847</b>
<b>EB de Eirinha - Serzedelo</b> Rua Grupo Desportivo, 81 4765-533 Serzedelo GMR	<b>☎ 253534640</b>
<b>EB de Outeiro - Serzedo</b> Rua S.Miguel 4810-858 Serzedo GMR	<b>☎ 253542022</b>
<b>EB de Teixugueiras - Silvares</b> Rua da Ponte Nova 4835-434 Guimarães	<b>☎ 253535444</b>
<b>EB de Penela - Souto Santa Maria</b> Rua D.Elvira Cruz Gonçalves 4800-675 Souto Sta. Maria	<b>☎ 253572950</b>
<b>EB de Lacete - Tabuadelo</b> Rua de S.José 4835-463 Tabuadelo GMR	<b>☎ 253565959</b>
<b>EB de Urgezes</b> Avenida da Escola Básica 4810-502 Urgezes GMR	<b>☎ 253438360</b>

<b>Jardim de Infância de Penela – Souto Sta. Maria</b> Souto Santa Maria Rua Nª Sra. de Fátima 4800-256 Souto Santa Maria GMR	<b>☎ 253572853</b>
<b>Jardim de Infância de Roupeire - Airão S. João</b> Rua de Roupeire, 100 4800-742 Airão S. João GMR	<b>☎ 253996841</b>



**Anexo A2 - Relação de produtos a fornecer e respetivas quantidades**

Designação do produto	Quantidade estimada
Leite simples meio gordo UHT	2.521.149
Leite simples meio gordo UHT sem lactose	34.209
Leite simples magro UHT	543
Leite simples gordo UHT	543
Bebida vegetal de soja	1.086
Bebida vegetal de aveia	2.715